

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 385/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1609/2011 (4 vols.).**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.**3- Órgão:** Câmara Municipal de Careiro da Várzea.**4- Exercício:** 2010.**5- Responsáveis:** Sr. Orlando dos Santos Correa e Sra. Maria das Graças Carvalho Martins, vereadores-presidentes à época.**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Relatório Conclusivo nº 112/2011, (fls. 567/600) e Informação nº 49/2014 (fls. 679).**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 118/2014-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 680).**8- Relator:** Conselheiro Raimundo José Michiles.**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Careiro da Várzea. Exercício de 2010.*Revelia do Sr. Orlando dos Santos Corrêa. Glosa. Contas irregulares. Multa. Fixação de prazo. Quitação.**Contas regulares com ressalvas da Sra. Maria das Graças Carvalho Martins. Quitação. Determinação à SEPLENO.***9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público de Contas, no sentido de:

9.1- Considerar REVEL o Senhor Orlando dos Santos Corrêa, em face de não ter respondido aos chamamentos desta Corte para produzir defesa de acordo com o §3º, do artigo 20 da Lei 2423/1996 (LOTCE) c/c o caput do artigo 88 da Resolução nº. 04/2002 (RITCE);

9.2- Glosar o montante de R\$ 6.361,16 (seis mil, trezentos e sessenta e um reais e dezesseis centavos), referente à despesa realizada com a aquisição do ar-condicionado de 60.000 BTUs (NE nº. 101, de 01.07.2010), referente a serviço prestado em reforma e adequação com instalação e reinstalação das centrais de ar condicionado de 60.000 BTUS com fornecimento de material na C.M de Careiro da Várzea, de acordo com o que foi discriminado no Parecer Ministerial nº. 4728/2013 – DMP-MPC-ESB, às fls. 661/665, considerando o Senhor Orlando dos Santos Corrêa em ALCANCE, nos termos do artigo 304, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 (RITCE), fixando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para que recolha o valor do débito aos cofres da Fazenda Municipal, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, inciso III, alínea “a” da Lei n. 2423/1996 – LOTCE e

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDAO Nº 385/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

artigo 308, §3º, da Resolução nº. 4/2002 – Regimento Interno). Expirado o prazo estabelecido, e **não havendo recolhimento do referido valor, determinar ao Chefe do Poder Executivo daquele município** que proceda a inscrição na Dívida Ativa do Município e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

9.3- Julgar IRREGULAR, nos termos do artigo 18, inciso II da Lei Complementar n. 6/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei n. 2423/1996 (LOTCE) e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Resolução nº. 4/2002 (RITCE), a Prestação de Contas, referente ao período de 01/01/2010 a 28/11/2010, do Poder Legislativo do Município de Careiro da Várzea, de responsabilidade do **Senhor Orlando dos Santos Correa**, Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal;

9.4- Na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e artigo 52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, **aplicar ao Senhor Orlando dos Santos Correa, multa no valor de R\$ 1.613,34**, de acordo com o artigo 308, inciso I, alínea “c”, da Resolução nº. 4/2002, alterado pela Resolução n. 01/2009, correspondente a R\$ 806,67, por mês de competência (janeiro e fevereiro do exercício de 2010), relativo aos dados e demonstrativos contábeis ACP/Captura, remetidos ao Tribunal de Contas com mais de 30 (trinta) dias além do prazo fixado no art. 4º. da Resolução n. 7/2002, alterada pelas Resoluções nº. 2 e 3 de 2007;

9.5- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias (artigo 174 do Regimento Interno), para que o Senhor Orlando dos Santos Correa, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor da multa ora aplicada, com a devida comprovação nos autos, o qual deverá ser atualizado monetariamente, na hipótese de expirar o prazo concedido (artigo 55, da Lei n. 2423/1996 - LOTCE), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas Subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 4/2002 – RITCE;

9.6- Dar quitação ao Senhor Orlando dos Santos Correa nos termos dos artigos 25 e 76, da Lei n. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 178, da Resolução nº. 4/2002 – RITCE;

9.7- Julgar REGULAR, COM RESSALVAS, nos termos do artigo 18, inciso II, da LC n. 6/1991 c/c o artigo 1º, II, e artigo 22, II, da Lei n 2423/1996, artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução n. 4/2002, a Prestação de Contas, no período de 29/11/2010 a 31/12/2010, da Câmara Municipal de Careiro da Várzea, de responsabilidade da **Senhora Maria das Graças Carvalho Martins**, Presidente do Poder Legislativo Municipal e Ordenadora de Despesas;

9.8- Dar quitação à Senhora Maria das Graças Carvalho Martins, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei n. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução n. 4/2002 – RITCE;

9.9- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

9.9.1- Encaminhe, à atual Presidência da Câmara do Município do Careiro da Várzea, cópias reprográficas do Relatório Conclusivo nº. 112/2011, às fls. 567/600, da Informação nº. 215/2013, às fls. 654/660, da Informação nº. 49/2014 (fls. 679), do Parecer nº. 5899/2011, às fls. 602/608, do Parecer n. 4728/2013, às fls. 661/665, e do Despacho



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 385/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

nº. 118/2014, à fl. 680, para que deles colham as recomendações ali expostas, evitando, no futuro, reincidir nas mesmas falhas;

9.9.2- Adote as providências previstas no artigo 162, §1º, do RI.

10- Ata: 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 09 de julho de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral, em exercício.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral, em exercício.